

## (Im)popularidade do Governo e Taxa de Miséria

*Ricardo de Menezes Barboza\**  
*Marcio Gold Firmo \*\**

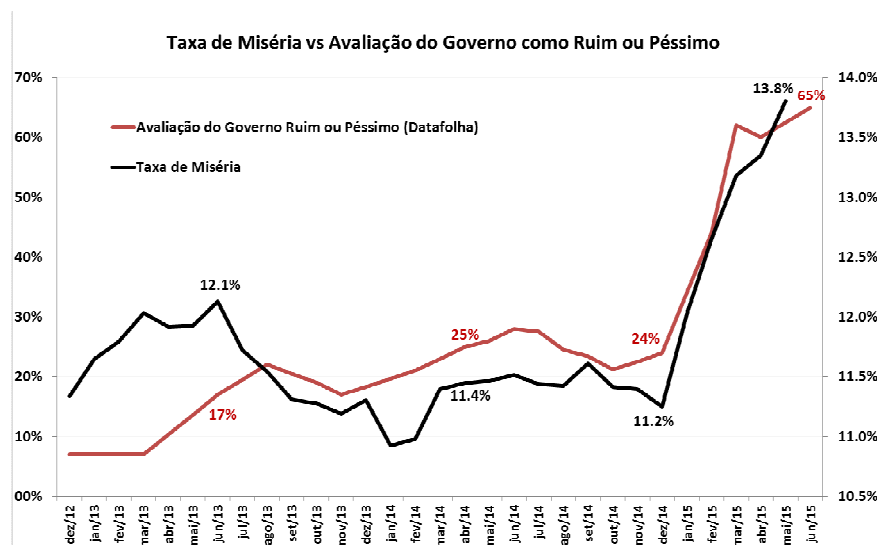
Lá vem o Brasil, descendo a ladeira – e com ele, a popularidade da Presidente Dilma Rousseff. Segundo o histórico de pesquisas nacionais de avaliação presidencial do Datafolha, a atual taxa de reprovação da presidente da República (65%) só não é pior que os 68% de "ruim" e "péssimo" registrados pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello em setembro de 1992, poucos dias antes do processo de impeachment.

Inúmeros fatores poderiam ser apontados como determinantes dessa deterioração de popularidade. Sem dúvida, os escândalos de corrupção e o chamado ‘feel good factor’ – um certo otimismo geral – devem ter papel importante nesse processo. Mas, dentre os fatores, não podemos deixar de considerar variáveis econômicas relacionadas ao bem-estar da sociedade como, por exemplo, emprego, renda e inflação.

Isto posto, este artigo propõe um exercício simples, que se resume em comparar a proporção de pessoas que avaliam o governo como ruim ou péssimo (segundo pesquisas do Instituto Datafolha) com a evolução do que Arthur Okun, um dos grandes economistas do século XX, propôs chamar “taxa de miséria”, composta simplesmente pela soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego. Vale frisar que, apesar do nome, trata-se de conceito distinto daquele que reflete a proporção da população com rendimento abaixo da linha de pobreza extrema (ou miséria) no país.

Para calcular a taxa de miséria de Okun, utilizamos como medida de inflação o IPCA acumulado em 12 meses e, como medida de desemprego, a Pesquisa Mensal do Emprego média em 12 meses – isto para expurgar os efeitos sazonais e cíclicos.

Em virtude da frequência da Pesquisa Datafolha, adotamos os seguintes procedimentos: nos meses em que foram feitas mais de uma pesquisa, utilizamos sua média; nos meses em que não houve pesquisa, fizemos uma interpolação linear para juntar os meses. O gráfico mostra as trajetórias de ambos os indicadores desde dezembro de 2012:



Como se nota, há elevada correlação positiva entre a taxa de miséria e a impopularidade do governo. De julho de 2013 pra cá, a correlação entre as séries alcança impressionantes 96%.

Antes de prosseguir, um parêntese: o último dado disponível para a taxa de miséria é de maio de 2015, pois ainda não foram divulgados os dados referentes à inflação e desemprego de junho. Já em relação à popularidade do governo, já existe o resultado de junho, em que 65% das pessoas avaliaram o governo como ruim ou péssimo.

Dito isto, o que esperar de agora em diante?

Por um lado, espera-se uma taxa de inflação em aceleração no restante de 2015. A projeção média do Top 5 (instituições que mais acertam) do Boletim Focus está em 9,03%, sendo que diversos analistas já projetam inflação ainda maior para este ano. Por outro lado, espera-se um desemprego também subindo.

Basicamente, a taxa de desemprego depende de duas variáveis: (i) taxa de ocupação e (ii) taxa de participação. A taxa de ocupação é a razão entre a população ocupada e a População em Idade Ativa – PIA (pessoas de 10 ou mais anos de idade). Já a taxa de participação é a razão entre a População Economicamente Ativa – PEA, composta por trabalhadores ocupados ou que procuram ocupação – e a PIA .

Quando a taxa de ocupação diminui, a taxa de desemprego se eleva. Já quando a taxa de participação aumenta, a taxa de desemprego também aumenta. Por isso, dizemos que o desemprego depende negativamente da ocupação e positivamente da participação.

No Brasil temos a taxa de ocupação (média de 12 meses) em queda já há alguns meses, o que se relaciona ao fraco nível de atividade doméstica. As perspectivas para o ano são de quedas adicionais, afinal, os prognósticos para a atividade não são bons e a ocupação responde com alguma defasagem à piora do ciclo econômico.

Por sua vez, a taxa de participação (também na média em 12 meses), após longo período de queda, se encontra neste momento estabilizada. As perspectivas são de aumento e isto se explica porque muitos daqueles que deixaram de procurar emprego nos últimos anos estão sendo forçados a voltar ao mercado de trabalho, tanto por conta da queda da renda das famílias quanto por causa da desaceleração de alguns programas do governo. Por exemplo, o Pronatec, após alcançar 3 milhões de matrículas em 2014, tem previsão de “somente” 1 milhão de matriculados para 2015.

Se as perspectivas colocadas se configurarem, teremos tanto a taxa de ocupação em queda quanto a taxa de participação em elevação. Ou seja, dois motores ligados puxando a taxa de desemprego para cima.

Somando o aumento esperado do desemprego com o aumento esperado da inflação, temos ingredientes para suspeitar que 2015 possa ser um ano difícil em termos de (im)popularidade do governo. Ou seja, apesar dos esforços recentes do governo para melhorar a situação política em Brasília, os maus resultados econômicos vindouros poderão adicionar lenha à fogueira. Incerteza adicional se coloca ao considerarmos a possibilidade de downgrade do risco soberano por conta de resultados fiscais muito aquém das metas anunciadas.

Para 2016, por enquanto, as perspectivas são um pouco mais favoráveis. Embora o desemprego ainda deva continuar em ascensão no ano que vem, as expectativas para a inflação são bem melhores (a projeção do boletim Focus está em 5,5%).

Diante do exposto, o ano de 2015 nos parece crítico para o país. Se tudo correr bem, anos melhores poderão se seguir. Contudo, até que a tempestade passe, a sociedade e o governo sofrerão um gosto amargo, por conta do ajuste pesado e tardio que estamos vivenciando.

**\* Ricardo de Menezes Barboza é economista do Grupo de Conjuntura Econômica do IE-UFRJ e Professor de Macroeconomia do Instituto Coppead-UFRJ.**

**\*\* Marcio Gold Firmo é economista, mestre em Economia pela PUC-Rio.**